



A reforma por velhice é obrigatória?

Não. Quando o trabalhador atinge a idade legal para se reformar não é obrigado a fazê-lo, uma vez que o contrato de trabalho não se extingue pelo simples facto daquela idade ter sido alcançada.

Caso o trabalhador atinja os 70 anos, sem pedir a reforma, o seu contrato de trabalho converte-se em contrato a termo resolutivo de seis meses.

Como pedir a reforma?

O procedimento de reforma deverá ser desencadeado pelo trabalhador junto dos serviços da segurança social, que disponibilizam no seu site informação sobre as condições necessárias que um trabalhador deve reunir para que tenha direito à reforma por velhice e por invalidez, bem como o que deve fazer para obtenção da mesma. Para um melhor esclarecimento, consulte:

| [Guia prático da Segurança Social sobre a pensão de velhice](#)

| [Questões frequentes sobre pensão de velhice](#)

| [Questões frequentes sobre pensão de invalidez](#)

O trabalhador reformado pode continuar a trabalhar?

O trabalhador reformado por velhice pode continuar a trabalhar, caso haja interesse de ambas as partes na manutenção da relação laboral, ou seja, a reforma do trabalhador por velhice não implica necessariamente a caducidade do contrato de trabalho.

Quais as consequências da reforma do trabalhador por velhice no contrato de trabalho?

Se a entidade patronal mantiver o trabalhador ao seu serviço para além de 30 dias de calendário, contados da data em que ambas as partes tomaram conhecimento da concessão da reforma por velhice, o contrato transforma-se automaticamente em contrato a termo resolutivo de seis meses renovável por períodos iguais e sucessivos, sem limitações quanto ao número de renovações.

Neste caso, o contrato fica sujeito ao regime definido no Código do Trabalho para o contrato a termo resolutivo, com as necessárias adaptações e especificidades previstas no art.º 348.º:

a) É dispensada a redução do contrato a escrito (a renovação é automática);

- b) O contrato vigora pelo prazo de seis meses, renovando-se por períodos iguais e sucessivos, sem sujeição a limites máximos;
- c) A caducidade do contrato fica sujeita a aviso prévio de 60 ou 15 dias, consoante a iniciativa pertença ao empregador ou ao trabalhador;
- d) A caducidade não determina o pagamento de qualquer compensação ao trabalhador.

Exemplos:

O João atingiu a idade legal de reforma (em 2018: 66 anos e 4 meses e prazo mínimo de garantia de descontos) e decidiu pedir a reforma por velhice junto dos serviços da segurança social.

Quando concedida a reforma poderá optar:

- Por não continuar a trabalhar e assim o contrato de trabalho cessa por caducidade;
- Por continuar a trabalhar, caso haja interesse de ambas as partes na manutenção da relação laboral – decorridos 30 dias, sobre o conhecimento de ambas as partes da situação de reforma o contrato de trabalho converte-se automaticamente em contrato de trabalho a termo certo de seis meses, renovando-se por períodos iguais e sucessivos, sem sujeição a limites máximos.

O Luís atingiu a idade de 70 anos sem ter pedido a reforma.

Caso opte por continuar a trabalhar poderá fazê-lo. O contrato de trabalho converte-se automaticamente em contrato de trabalho a termo certo de seis meses, renovando-se por períodos iguais e sucessivos, sem sujeição a limites máximos, caso haja interesse de ambas as partes na manutenção da relação laboral.